

# Identidades em órbita: o habitante do Triângulo Mineiro e a constituição da *triangulicidade*

*Identities in orbit: the inhabitant of the Triângulo Mineiro and the formation of Triangulicidade.*

**Sandra Mara Dantas\***

---

## Resumo

A partir da compreensão da identidade como construção social e histórica, o presente artigo discute a constituição da identidade dos moradores da região do Triângulo Mineiro, no oeste de Minas Gerais, no final do século XIX e início do XX, que, de modo específico, deram forma a representações e práticas consideradas características de sujeitos afinados aos princípios de modernidade e de civilidade.

---

## Palavras-chave

Triângulo Mineiro. Identidade. Modernidade.

---

## Abstract

From the understanding of identity as a social and historical construction, the article discusses the establishment of the identity of the residents of the *Triângulo Mineiro* region of western *Minas Gerais*, in the late nineteenth century and early twentieth centuries, which specifically, formed representations and practices considered characteristic of people attuned to the principles of modernity and civility.

---

## Keywords

*Triângulo Mineiro*. Identity. Modernity.

O conjunto de experiências de uma comunidade constrói sua trajetória e define sua identidade, seus modos de ser, estar e conceber o mundo social. Mas, como definir um povo? A indagação não é mera

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em História Social pela Unesp/Franca. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, MG. Contato: sandramdantas@hotmail.com

retórica, visto que a partir de sua resposta se estruturaram os aglomerados humanos. No século XIX, os filósofos franceses, preocupados em explicar os comportamentos coletivos dos habitantes do Estado-nação, Fouillé, Fustel de Colanges e Ernest Renan, foram consensuais ao afirmar que o povo designa uma “maneira coletiva de sentir”. No entanto, isso não encerra a complexidade de uma resposta para a difícil indagação porque “a vontade de viver junto, as maneiras de sentir, bem mais do que a pertença racial ou étnica, constituem o fundamento da identidade de um povo”<sup>1</sup>, conforme assevera a historiadora francesa Claudine Haroche, ao perceber que a comunidade de sentimento que se constitui alimenta-se do passado e impõe deveres ao presente para assegurar continuidade e sensibilidade específica.

A identidade nacional de um povo é uma construção social e histórica que sofre alterações ao longo do tempo e está presente em suas lutas e nos discursos políticos. Aparentemente sinônimos, os vocábulos identidade e nacional não podem ser assim entendidos porque são polissêmicos, podendo congregiar sentidos divergentes e/ou ambíguos. Preocupado com as figurações da identidade nacional na França, Ives Déloye<sup>2</sup> examina, separadamente, os sentidos semânticos dessas palavras e constata que ambos podem apontar direções distintas na compreensão da problemática.

Em uma concepção mais aberta, o substantivo identidade diz respeito a uma construção social que ressalta o semelhante, podendo ser aprendida e introjetada. De modo inverso, como “comunidade de caráter historicamente estável”, isto é, de caráter mais fechado, a identidade designa aquilo que perdura, a “reprodução ao idêntico ao longo do tempo”. O adjetivo nacional também possui sentidos amplos. O primeiro vincula-se à delimitação de fronteira e identificação política, possuindo caráter excludente. Já no segundo sentido, nacional nomeia aquilo que possa ser gerido. Dessa forma, a junção do substantivo identidade ao adjetivo nacional implica dois modelos semânticos para a abordagem da identidade nacional; por um lado, a identidade nacional privilegia a permanência e a intenção de destaque em relação ao estrangeiro; por outro, a questão pode ser abordada como trabalho que busca tornar os indivíduos idênticos por meio de um processo de homogeneização cultural.

Durante o século XIX, “operou-se uma separação entre o Brasil civilizado/urbano, e o Brasil arcaico/rural. Um que poderia ser

<sup>1</sup> HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J., BRESCIANI, M.S., BREPOHL, M. (Org.) *Razão e paixão na política*. Brasília, UnB, 2002. p. 81-94.

<sup>2</sup> DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, J. *Razão e paixão na política*. Op. Cit. p. 95-112.

projetado para o futuro, e outro fadado ao desaparecimento.”<sup>3</sup> Período que se constituiu como privilegiado advindo de um duplo confronto em que, diante de um mundo civilizado, o país buscou estabelecer uma identidade própria. As imagens que foram se constituindo nesse processo eram dicotômicas, enquanto uma apontava para o progresso, possível graças ao urbano, as demais deveriam ser evitadas e o imaginário que emergiu, influenciado por ideias evolucionistas, foi fortemente marcado pela negatização do brasileiro como homem indolente e não civilizado, ou seja, a construção da identidade brasileira foi marcada pela ambiguidade.

A segunda proposta de abordagem da identidade nacional, de Déloye, é pertinente para pensarmos o caso brasileiro. Embora seu ponto de partida tenha sido o exame dos vocábulos na língua francesa, é oportuno para a análise do objeto em apreço, a língua portuguesa, de origem latina como o francês. Após a independência (1822), o Brasil do século XIX não poderia continuar sendo pensado somente como “natureza natural”, isto é, lugar de predomínio da natureza e das paixões a ela inerentes. Era primordial fazê-lo notório dentre as nações civilizadas da Europa, por isso a construção da identidade constituiu um “momento privilegiado”, na acepção da Naxara. Para as elites ditas esclarecidas, era preciso construir uma imagem positiva do país e sepultar a imagem comum do brasileiro, arraigada na sociedade escravista e nas representações dela advindas. E, nesse processo de construção da identidade nacional, um ressentimento imiscuiu-se, visto no lamento pelo que não fomos, mas que poderíamos ter sido.

Observando a incompletude da identidade brasileira, a historiadora Stella Bresciani afirma que as construções identitárias, no Brasil, possuem lugares-comuns, seja ao tentar negar os fundamentos, seja no entrelaçamento de argumentos racionais e imagens emocionais<sup>4</sup>. Segundo a autora, são três os lugares comuns em nossa construção identitária. O primeiro deles é o pecado de origem. Os colonizadores portugueses legaram uma herança administrativa que entrou no pleno desenvolvimento do país. O segundo fundo comum é a correlação homem-natureza. A exuberante paisagem pareceu constituir um obstáculo, ambiente hostil que não permitiu a exploração. O sol dos trópicos é propício aos amores e não à virtude. A importação de ideias, costumes e hábitos, seja pela incapacidade ou preguiça, constituiria o

<sup>3</sup> NAXARA, Márcia Regina C. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 23/24, 1991/1992. p. 185.

<sup>4</sup> BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (Org.) *Memória e (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 401-429.

terceiro fundo comum da identidade brasileira, que não teria produzido algo genuíno.

Nessa perspectiva, o Brasil é caracterizado pela carência, sendo necessário transplantar de outros os modelos aqui adotados. Os lugares-comuns acima arrolados são frequentes nos escritos dos intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, Oliveira Vianna e Caio Prado Júnior que, afirma Bresciani, “compõe no conjunto uma avaliação carregada de sentimento negativo em relação ao colonizador que deixara-nos como herança o pecado de origem que carregamos, eternamente ressentidos”<sup>5</sup>.

O ressentimento do qual se reveste a identidade nacional parece caracterizar o brasileiro como indivíduo híbrido que, embora possa estar “deitado eternamente em berço esplêndido”, como proclama o romântico hino nacional composto no final do século XIX, não é um homem pleno no sentido corrente do período aqui enfocado. Ao olhar o Brasil, constata-se que o homem brasileiro estaria imerso em um dilema que significa:

Viver e sentir-se isolado aqui, no Brasil, exilado, estrangeiro, ainda que na própria terra natal. A vida como paradoxo insolúvel pela impossibilidade em conciliar desejo e realidade. O desejo de ter, aqui, o mundo civilizado. [...] Identidade(s) definida(s) na confluência de desejos e ambições contrapostos a realidades existentes e/ou percebidas e sentidas. Oscilação entre razão, sentimento e emoção, assim como condescendência e rigor. [...] Ambivalências que nasceram da distância com relação ao desejo ambicionado<sup>6</sup>.

Sendo verdade a afirmação de Déloye de que “a identidade nacional permanece no âmago das lutas históricas”<sup>7</sup>, mister se faz observar o projeto subjacente à preocupação em definir o homem brasileiro ideal. Como de praxe, nossas elites se autoproclamavam ilustradas, portanto, aptas para conduzir os destinos do país. O ambivalente retorno às origens, a negação do trabalhador nacional e das heranças escravistas, a recusa do mundo e dos hábitos rurais e a preferência pela cidade e os modos citadinos afiguraram-se como estratégias de legitimação de um projeto amplo de tornar o país semelhante às demais nações consideradas civilizadas.

Foi nesse contexto que a cidade brasileira foi adquirindo feições específicas e se afastando da concepção de campo como lugar de atraso. E como as principais cidades brasileiras localizavam-se na faixa litorânea, nela se concentravam o que se poderia nomear civilidade e

<sup>5</sup> Ibid., p. 424.

<sup>6</sup> NAXARA, M. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. *Memória e (re)sentimento*. Op. cit., p. 432-33.

<sup>7</sup> DÉLOYE, Ives. *Razão e paixão na política*. Op. cit., p. 111.

urbanidade, aqui entendidas como refinamentos dos modos de viver e de comportamento. E não só o campo foi desvalorizado, o interior também foi alvo de certo desprezo. De acordo com as concepções dominantes no Brasil do século XIX, nas províncias predominava um aspecto interiorano ou arcaico que não se harmonizava com as noções de civilização e civilidade existentes nas cidades litorâneas. Os aglomerados urbanos do interior se configuravam como extensão do campo, visto que as práticas de seus habitantes confundiam-se com as práticas dos homens que nele habitavam. Os brasileiros, habitantes do interior, ou dos sertões, apareciam como “estrangeiros em sua própria terra”, necessitando receber as benesses da cultura e da civilização. Sob essa premissa o “processo civilizador” iniciado no litoral penetrou o território.

É nesse contexto que se insere a província de Minas Gerais, que, embora contasse com considerável nível de urbanização, não possuía os valores da civilização em toda sua extensão. Em seus rincões requeria-se propagar os benefícios advindos desses valores, portanto, mister ocupar e fundar arraiais e vilas.

A então capitania de Minas Gerais alcançou o maior índice de população e de urbanização da colônia, embora apenas Mariana tivesse o título de cidade devidamente reconhecido<sup>8</sup>. A opulência proporcionada pela mineração contribuiu diretamente para o surgimento de núcleos urbanos, mas outras atividades e motivações político-administrativas também foram importantes no surgimento, expansão e diversificação da estrutura urbana mineira. Paula entende que a diversidade física (a mata, a montanha, o campo, o sertão), a diversidade econômica (mineração e pecuária), a diversificação social e cultural, as várias categorias ocupacionais, a literatura arcádica, a arquitetura barroca, a música erudita e a cultura popular ajudam a compreender o fenômeno urbano mineiro que, na região mineradora, desenvolveu-se precocemente e em outras regiões no século XIX<sup>9</sup>. Esses indicativos de modernidade que marcaram a trajetória da capitania e província de Minas Gerais constituíram também uma modernidade sancionadora de uma estrutura social excludente que não agregava os diversos grupos sociais, fazendo válidas apenas as representações dos grupos dominantes.

<sup>8</sup> Essa condição pode ser explicada por Mariana ser sede de bispado e como tal era necessário possuir todas as prerrogativas e privilégios que só uma cidade poderia auferir. A capitania de Minas Gerais possuía diversas vilas e arraiais de características urbanas, mas o poder metropolitano, receoso de tumultos, revoltas, motins e quaisquer insurreições, impôs severas restrições como modo de manter o controle da região. FONSECA, Cláudia D. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 29, 2003.

<sup>9</sup> PAULA, João A. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

E conquanto houvesse uma estrutura urbana em Minas Gerais desde o século XVIII, era necessário expandi-la como parte de um projeto mais amplo de tornar o Brasil um país civilizado, preocupação que se tornou mais evidente no século XIX. E se as levas de bandeirantes contribuíram na expansão do território, nas várias regiões mineiras também houve um intenso movimento de povoamento que, ao mesmo tempo que buscava riquezas, lutava por legitimar os valores da civilização.

O processo de expansão e ocupação das terras do interior de Minas Gerais, no final do século XVIII e ao longo do século XIX, pode ser designado conquista, aqui entendida como parte do ideal civilizador que sustentado na crença de superioridade de um grupo sobre os outros, envolveu domínio de novas terras, das riquezas e dos homens que lá habitavam.

O vocábulo sertão é bastante antigo, suas origens remontam ao período medieval português, quando era utilizado para indicar locais diferentes de Lisboa. Etimologicamente, o vocábulo é oriundo do latim clássico, “desertanu”, como ideia de área desértica, vazia e distante da costa. Foi um vocábulo intensamente utilizado pelas autoridades metropolitanas no Brasil, durante o século XVIII, e às vésperas da Independência (1822) já possuía conotações múltiplas, sendo predominante o sentido negativo que indicava áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios “selvagens” e animais bravios, sobre os quais as autoridades detinham pouca informação e controle insuficiente<sup>10</sup>. Impregnada de negatividade, a categoria sertão passou a representar a premência de expandir as fronteiras e os preceitos da civilização, retirando dos habitantes do interior o caráter provinciano e educando-lhes em suas práticas e em suas sensibilidades.

O sertão não designava exatamente uma fronteira física, mas uma zona intermediária entre campo e cidade que deveria ser ocupada e civilizada. O sertão mineiro não constituía um território delimitado e especialmente o sertão oeste – que nos séculos XVIII e XIX compreendia as comarcas do Rio das Mortes e parte da Comarca de Sabará – constituía um local que deveria ser trazido à civilidade por meio da conquista, tornando-o habitável e produtivo.

A ocupação e a exploração do sertão oeste de Minas Gerais foram alvos de disputas. Como o próprio nome indicava, a Região do Campo Grande era formada por vastas áreas de terra disponíveis, podendo ser conquistada por diferentes agentes. Oficialmente, os limites territoriais

<sup>10</sup> AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 145-151, 1995. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

não estavam bem definidos. As capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás reclamavam a posse da região, o que evidencia que as autoridades do período colonial não possuíam real controle sobre o território.

A atual região do Triângulo Mineiro se insere nas glebas da Região do Campo Grande e seu processo de desbravamento foi iniciado com a abertura de uma picada, da qual originou a Estrada do Anhanguera, e as primeiras levas de homens, doravante chamados geralistas ou sertanistas<sup>11</sup>, denominaram a região de Sertão da Farinha Podre<sup>12</sup>.

Pelos idos de 1680 as incursões bandeirantes, saídas da capitania de São Vicente, rumo aos rincões brasileiros, buscavam não só ampliar os limites territoriais, como também expulsar os indígenas e criar áreas de povoamento. Foi por essa época que a bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I, atravessou essas paragens rumo a Goiás. No entanto, a efetiva exploração só se deu em meados do século XVIII, quando uma expedição liderada pelo filho do bandeirante, com mais de cento e cinquenta homens, penetrou o território com vistas a atingir a região aurífera de Goiás. A picada aberta pela expedição deu origem à estrada real que ficou conhecida como Estrada do Anhanguera. E, se inicialmente a região foi passagem para outra, o movimento de povoamento e ocupação não pode ser desvinculado do projeto de expansão de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Quando os geralistas chegaram à região, o Sertão da Farinha Podre não estava desabitado. Os primeiros habitantes dessas terras foram os índios caiapós, do tronco linguístico Macro-Jê. Os caiapós se estendiam por ampla zona, correspondendo aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Eles eram agricultores, praticando também a caça e a coleta. Para dominar os nativos, duas práticas foram utilizadas no tratamento: o apresamento e escravização, e a *caboclicização*. Para os geralistas, a primeira prática se justificava pelo interesse na força de trabalho e a segunda pela imposição

<sup>11</sup> A essas levas de homens que desbravaram a região refiro-me, ao longo do texto, por diversos nomes: desbravadores, pioneiros, sertanistas, geralistas e entrantes. Essas alcunhas são encontradas na documentação disponível nas cidades do Triângulo Mineiro como Uberaba e Uberlândia.

<sup>12</sup> A explicação para o esdrúxulo nome é no mínimo inusitada. Aliás, há duas explicações a que os memorialistas da região se apegam. A primeira delas é atribuída a uma lenda, segundo a qual alguns viajantes, ao passarem pelo território, em direção às minas goianas, deixaram algumas bruacas com torrões de farinha de mandioca, porque era comum fazerem depósito de víveres próximo a ribeiros, ao retornarem, essas haviam apodrecido. A segunda explicação é menos fantasiosa e se apegam a fatores mais razoáveis, afirmando que o nome não é original, visto que, em Portugal, existiu a freguesia de *São Paio da Farinha Podre* e, no centro-oeste mineiro, há um córrego de mesma alcunha, afluente do rio das Mortes. TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Séculos XVIII e XIX. Uberaba: Intergraf, 2001.

de seus hábitos e traços culturais considerados melhores, numa forma de aculturação.

Os primeiros aldeamentos da região foram Santana do Rio das Velhas, Rio das Pedras e Piçarrão<sup>13</sup>, administrados pelo Padre José de Castilhos, protetor dos índios e o administrador secular, Antônio Pires de Campos. De explícito caráter disciplinar, os aldeamentos eram locais onde os indígenas eram catequizados e os homens livres que para ali afluíam eram preparados para as incursões pelo território para efetiva ocupação e transformação do espaço. Das margens do rio Paranaíba ao Rio Grande existiam cerca de 18 aldeias, a maioria delas nascidas nas proximidades de rios e córregos e/ou à beira de caminhos, como a Estrada do Anhanguera. Mas a vida nos aldeamentos não era fácil. Capturar índios para escravização, guerrear e expulsá-los de seus domínios faziam parte do árduo cotidiano das diversas fases de ocupação do Sertão da Farinha Podre. Além do desafio de enfrentamento dos indígenas, havia os quilombos que também ofereciam tenaz resistência.

No oeste mineiro, desde o alto São Francisco e médio rio Grande, na região da Serra da Canastra, caminho conhecido como Picada de Goiás, existiram vários quilombos. A população quilombola e os sertanistas travaram contínuos embates entre 1740 e 1763, quando as autoridades conseguiram dizimar os quilombos, sendo que o Quilombo do Ambrósio<sup>14</sup>, com uma população estimada em mil indivíduos, era o mais conhecido e temido.

A terra do sertão não é prêmio ao trabalho, nem penhor de felicidade e riqueza. Ao contrário, é ônus ao seu possuidor, que se vê consumir, lentamente, na luta insana e incompensada de propagar o Brasil na sertania. Amansar sertão! Êsse o ideal de quem se interna no deserto para edificação de algo grande e progressista, participante do inconsciente expansionismo da alma da coletividade<sup>15</sup>.

Com todos esses desafios, a imagem construída a respeito do sertão não era positiva e o trabalho de levar a civilização a essas paragens não constituía tarefa simples. Havia os obstáculos naturais a serem transpostos

<sup>13</sup> Atuais cidades de Indianópolis e Cascalho Rico, respectivamente. A evolução de alguns aldeamentos indígenas para a condição de cidade pode ser explicada pela existência de uma população sedentária e de serviços especializados; o que lhes conferiu um caráter proto-urbano. De Piçarrão, por sua vez, não há vestígio.

<sup>14</sup> O sítio onde existiu o Quilombo do Ambrósio fica no território da atual cidade de Ibiá. Destruído em 1746, renasceu sob o nome de Quilombo Grande ou do Tengo-Tengo e causava receios nos habitantes da região devido à sua organização social e econômica, pois, ao mesmo tempo que mantinha a coesão, facilitava os ataques a seus inimigos.

<sup>15</sup> CHAVES, Camilo. *Caiapônia*. Romance da terra e do homem do Brasil Central. 2. ed. Belo Horizonte: Santa Maria, 1943. p. 113. O título do romance é espécie de homenagem ao povo caiapó, que ocupava extensa área territorial.



como as serras, os chapadões e o cerrado fechado, num exercício de domar a natureza *natural* e, principalmente, vencer a resistência dos grupos que já habitavam o território. Vencido o obstáculo natural, a vitória sobre os nativos e os quilombos foi um importante passo para a civilização do Sertão da Farinha Podre, também considerado pelas autoridades e pelos sertanistas uma zona de fronteira, por isso sempre móvel. Amansar o sertão constituía o advento de um novo tempo e esse “lema” parecia impulsionar os homens a avançar, sempre.

Comumente, o processo de ocupação, fixação e exploração do Sertão da Farinha Podre pode ser compreendido em oito fases. A primeira delas é aquela que antecede a fixação do homem branco, quando os habitantes eram os indígenas e os quilombolas, fase que se encerrou por volta de 1746. A destruição dos quilombos e a expulsão dos caiapós marcariam as segunda e terceira fases (1746-1759) com envio de homens para “domar” os oponentes e instituir um povoamento fixo.

Por esse tempo, há indicações de que, por volta de 1736, foi fundado um povoamento em um chapadão chamado Tabuleiro, que não suportou o ataque dos caiapós, sendo destruído. Algum tempo depois, a 18 km dessa antiga povoação, fundou-se uma nova no lado esquerdo do Rio das Velhas, era o Desemboque<sup>16</sup>.

Alguns sertanistas, vindos da região de Pitangui, colaboraram na criação do arraial Nossa Senhora do Desterro do Desemboque concomitante à descoberta de jazidas na cabeceira do rio das Velhas, por volta da década de 1730. Ele, entretanto, só alcançou vigor no final da década de 1750, com a expulsão dos caiapós e dos quilombolas adjacentes. Ergueu-se a igreja ao orago que deu nome ao povoado que cresceu significativamente alcançando quase 200 fogos; o que perfazia mais de 1.200 habitantes. Os áureos anos da quarta fase foram seguidos pelas disputas eclesiásticas e civis para administrar o povoado que ora pertencia ao bispado de Goiás, ora ao bispado de Mariana. Essas disputas caracterizariam a quinta e a sexta fases de efetivação da ocupação do Sertão da Farinha Podre (1761-1764).

A criação do Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque pela Ouvidoria de Goiás caracterizou a sétima e penúltima fase, sendo que a última iniciou-se em 1775, quando a administração religiosa do arraial foi transferida definitivamente para o bispado de Goiás. Vinculado à capitania de Goiás, o arraial de Desemboque teve seu apogeu entre os anos de 1764 e 1775 e, durante esse período, além do aumento de sua população e da movimentação em seu interior, atraiu

<sup>16</sup> NABUT, Jorge Alberto (Org.). *Desemboque*: Documentário Histórico e Cultural. Uberaba: Arquivo Público, 1986.

inúmeros aventureiros, facilitando o contrabando do ouro. Em 1778, o governo da capitania de Minas Gerais bloqueou as passagens para a capitania de São Paulo, o que coincidiu com o início da decadência do arraial.

Embora a riqueza abundasse no povoado de Desemboque, sua população vivia às voltas com a violência e os desmandos dos homens ricos do lugar. Em carta ao governo da capitania, a índole da população local foi assim descrita:

Os habitantes do Rio das Velhas ou das Abelhas, sam e vivem desatados de todo os vínculos, as leis de obrigar entre eles nam tem fôrça nas consciências, nam tem recursos e por consequência nam tem fidelidade para com os Príncipes, nem votos para as promessas, nem lealdade para os juramentos, nem amor para com as famílias, nem para o trato e civilidade, nem respeito para com Deus nosso Senhor<sup>17</sup>.

A descrição permite intuir a preocupação com um padrão de comportamento e atitude que se esperava que os homens tivessem e que, no entanto, ainda não se tornara real. Para os emitentes da missiva, os habitantes do Desemboque precisavam aprender as práticas civilizadas para com as autoridades, os negócios e a vida social e familiar. Não bastava a riqueza material, a edificação de um agrupamento de homens brancos; eram necessários os princípios da civilidade, do bem-estar e do bem comportar-se.

O declínio da economia no Desemboque estancou a migração. Do decadente arraial, partiam expedições para outras áreas, buscando novas oportunidades. Após a derrota do Quilombo Grande, na picada utilizada pelos contrabandistas para alcançar o arraial, a pecuária ganhou vulto. Os moradores ergueram a capela de São Domingos do Araxá e iniciaram um intenso fluxo para o extremo oeste da capitania, à procura de mais pastagens.

No princípio do século XIX, uma série de conflitos, entre os homens ricos dos arraiais do Desemboque e de Araxá e o governo de Goiás, levou à elaboração de uma solicitação ao rei D. João VI para que ambos os arraiais fossem desmembrados da província de Goiás, anexando-os à província de Minas Gerais. A petição foi aceita e foram enviadas comissões para analisar sua viabilidade, fato que se consumou pela Carta Régia de 1816, data em que o Sertão da Farinha Podre se tornou mineiro. Para compreender a decisão régia como favorável aos interesses mineiros, é possível aventar que a província de Minas Gerais tivesse maior capacidade de promover a colonização do extremo oeste da

<sup>17</sup> PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Vitória Artes Gráficas Ltda., 1970. p. 59.

província, dado um excedente demográfico existente na região central e que se movimentava em direção às áreas de fronteira<sup>18</sup>.

Nos primeiros anos do século XIX, algumas incursões de sertanistas foram realizadas a oeste, para averiguar as possibilidades de expansão do território e aquisição de terras de cultura. Nessas incursões, originaram-se povoamentos que se desdobraram em arraiais, outros em vilas e outros em cidades.

Na formação dos povoados, a contribuição das relações consanguíneas e de afinidade foi assaz importante. Os geralistas chegavam à região para tomar posse da terra e demarcar os limites. Retornavam aos seus lugares de origem para buscar a parentela e efetivar a colonização da área posseada. Aos poucos, esses primeiros habitantes incentivavam que outros parentes e amigos se transferissem para a região, constituindo, assim, os arraiais. A essa altura, os aldeamentos primitivos da região como Capelinha, Estiva e Lanhoso estavam em vias de desaparecimento. Por ocasião da transferência do território da Farinha Podre de Goiás para a jurisdição de Minas Gerais, a população estava estimada em aproximadamente 3.900 habitantes<sup>19</sup> e a notícia da fertilidade das terras atraiu famílias de outras regiões que foram adensando e se somando, não somente às terras, mas às esperanças dos que lá já se encontravam. À proporção que esses pioneiros iam se fixando, a identidade territorial e os grupos de vizinhança também se definiam. Na tentativa de dimensionar a efervescência que vivia a região, convém indicar que, entre 1820 e 1850, foram fundados os povoamentos de Dores do Campo Formoso, São José do Tejuco, Monte Alegre, Abadia do Bom Sucesso, Campo Belo, Brejo Alegre, Dores de Santa Juliana, Santa Rita dos Impossíveis e São Pedro de Uberabinha<sup>20</sup>.

A vida no sertão da Farinha Podre era majoritariamente vivida nas grandes fazendas. Seu desenrolar era caracterizado por visitas entre vizinhos e compadres, os sonhos casadoiros das sinhazinhas e posterior casamento entre os jovens (preparados pelos interesses dos pais), os cuidados e mandos das mulheres sinhás para ordem, asseio e disciplina de suas casas, a dedicação dos homens aos negócios com a lavoura ou com o gado. O cotidiano dos vários trabalhadores (escravos e livres), distribuídos em ofícios masculinos como a preparação para apresamento de gado bravo, os carreiros, os vaqueiros, os peões, os carpinteiros,

<sup>18</sup> LOURENÇO, Luís A. *A oeste das minas*. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Edufu, 2005.

<sup>19</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Op. cit. LOURENÇO, L. B. *A oeste das minas*. Op. cit.

<sup>20</sup> Atuais cidades de Campo Florido, Ituiutaba, Monte Alegre, Tupaciguara, Campina Verde, Araguari, Santa Juliana, Itumbiara e Uberlândia, respectivamente.

os arrieiros; e em ofícios ditos femininos como os trabalhos na casa e na cozinha, preparo de comidas e quitandas, cuidado com os afazeres dos quintais e galinheiro, as lavadeiras, as fiandeiras. Sem esquecer-se de outros agregados sem ônus para o dono das terras ou empregados contratados, a preparação de festas e as celebrações diversas.

No arraial, a movimentação ocorria aos finais de semana e dias santos. Embora possuísse uma população sedentária, de pequeno número, a maioria dos homens e mulheres do lugar passava a maior parte do tempo fora, empregada em trabalhos nas fazendas; e muitos desses indivíduos, de posses modestas, eram alfaiates, fiandeiros, ferreiros. Já os ricos proprietários, além de suas fazendas, possuíam casas no arraial e constituíam a população “temporária”. Entretanto, nos finais de semana, a população se reunia seja para ir à missa, vender produtos e víveres na praça, visitar os parentes e os amigos, participar de festejos, articular e estabelecer parcerias políticas.

Domingo. O sino repicava desde o alvorecer a anunciar que havia missa. O aspecto era festivo, no traje adomingado do povo. Os roceiros que chegavam para cumprimento do preceito, consoante as ligações de parentesco ou amizade, apeavam-se às portas dos ranchos de capim, amarrando os cavalos nas estacas ou árvores próximas. Antes do toque de entrada, os caminhos se povoavam de fiéis. Mulheres e crianças se agrupavam na nave, ajoelhadas ou sentadas no chão, à espera do ato devocional<sup>21</sup>.

A bucólica descrição do memorialista Camilo Chaves a respeito da agitação do domingo em um arraial do Sertão da Farinha Podre aponta certa morosidade no cotidiano, a persistência de modos rurais. E para animar os homens não bastaria demonstrar as vantagens econômicas ou de prosperidade social; era necessário tocar-lhes a sensibilidade, mover-lhes as entranhas para que se sentissem partícipes no exercício de construção de um novo tempo. Animar os homens, estimulando-os a não recuarem diante das dificuldades do cotidiano como o enfrentamento de remanescentes indígenas, a construção de habitações, a garantia do abastecimento de água, a aquisição de produtos manufaturados, todos desafios que urgiam um planejamento e uma ação efetiva. E, nesse aspecto, alguns nomes se destacaram no exercício de avanço da civilização e das práticas civilizadas pelas novas terras.

E, como os laços de consanguinidade foram fator importante no desbravamento das novas terras, os primeiros arraiais a oeste de Desemboque foram fundados por irmãos e primos de uma mesma parentela, os Oliveira e Silva, que também ocuparam as principais funções administrativas e eclesíásticas dos novos povoados e arraiais.

<sup>21</sup> CHAVES, C. *Caiapônia*. Op. cit., p. 213.

Em 1809, o irmão do juiz do Julgado de Desemboque, o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, foi designado protetor dos índios e Comandante Regente do Sertão da Farinha Podre. Exitoso na fundação de povoados e eliminação dos obstáculos às suas iniciativas, animou-se a convidar alguns parentes de Vila Rica a se transferirem para a região, ocupando sesmarias e estruturando chácaras e fazendas. O próprio sargento-mor Antônio Eustáquio construiu sua chácara, a chácara Boa Vista, que viria a ser o embrião de Uberaba porque, em suas proximidades, foi doada uma área para edificação de uma capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião; o que foi feito com a bênção do padre Hermógenes Araújo, seu primo.

O avançado estágio de decadência do arraial do Desemboque contribuiu para a mudança da sede administrativa que ele representava para a margem da estrada geral, isto é, para o povoado que se ia constituindo em torno das posses do sargento-mor Antônio Eustáquio e da pequena capela. Aliou-se a isso a proximidade das fontes de água, a facilidade de comercialização ao lado da estrada geral que também representava uma forma mútua de proteção contra remanescentes caiapós. Os arraiais ainda eram sertanejos no sentido de que hábitos rurais se mesclavam aos novos padrões de comportamento, de ser e de estar, considerados urbanos, por isso mais civilizados. E, só lentamente, os novos hábitos foram se formando.

Ao longo do século XIX, o Sertão da Farinha Podre era uma “boca do sertão”, isto é, entrada para o interior do território; e, durante o Segundo Império, a região alcançou certa notoriedade. Várias de suas povoações se tornaram entreposto de comercialização de gado para os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A movimentação do lugar contribuiu para que, em 1874, a região tivesse seu nome alterado para Triângulo Mineiro, devido seu território estar entre os rios Grande e Paranaíba, lembrando a figura geométrica de um triângulo. A alteração do nome também pode ser compreendida porque, além de excêntrico, o nome Sertão da Farinha Podre possuía uma conotação negativa.

O Triângulo Mineiro poderia estar à “boca do sertão”, mas os habitantes dessa zona não se consideravam característicos do sertão. Acreditavam-se indivíduos honestos, trabalhadores, hospitaleiros, inclinados às ciências e às artes. Objetivando validar suas percepções, os grupos sociais da região lutavam para que em nada tivessem que invejar de outros. Os vários povoados e arraiais surgidos se empenharam na execução de um projeto de transformação para dar vistas de maior desenvolvimento e refinamento de seus moradores. Alguns deles se sobressaíram, tornando-se cidades e ampliando sua influência.

Como disse Guimarães Rosa: “Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais.” Faces observadas em seus habitantes como a usual distinção entre o mineiro das Minas e o mineiro das Gerais. O mineiro das Minas é aquele nascido na região das minas históricas, e o das Gerais é o habitante dos sertões, das regiões exploradas após o período da mineração. No mosaico mineiro, o Triângulo Mineiro está situado no sertão oeste; o que engendrou uma peculiaridade, pois os habitantes da terra não se sentiam genuinamente mineiros, consideravam-se *triangulinos*. Para compreender essa formulação identitária, é preciso remontar ao século XVIII, quando o então Sertão da Farinha Podre pertenceu às capitanias de São Paulo e Goiás. A anexação à Minas Gerais não o afastou da província de São Paulo, com quem continuou a manter estreitas relações econômicas e culturais.

Afirmando seu não pertencimento à Minas histórica – ou seja, a não integração com eventos históricos que remetam a uma história progressa –, a diferenciação no processo de ocupação e povoamento, e a distância da capital da província, os habitantes da região, os *triangulinos*, negaram alguns aspectos da “mineiridade” para construir uma *triangulinidade*<sup>22</sup>. Identidade marcada pelo espírito aventureiro, resultante das relações que estabeleceu com as outras regiões.

A *triangulinidade* é o sentimento identitário que designa seu portador como um sujeito híbrido, detentor das boas características do mineiro – laboriosidade, honestidade, hospitalidades, cultura e inclinação à arte<sup>23</sup> –, que se apropriou do espírito empreendedor dos geralistas, e que, enfrentando o desconhecido, atravessou a região em direção à outra, à procura de melhores condições de vida e edificando uma nova realidade. Se a imagem do “mineiro das Gerais” é de alguém rústico, ligado ao campo e à vida simples, o *triangulino* ressalta que a despeito da negatividade do sertão, conhece os princípios da modernidade e civilidade, expressos no processo de construção do urbano como a emancipação de arraiais e vilas, a instalação de serviços, o comércio e a relação com outras regiões.

A sustentação dessas premissas justificou campanhas separatistas. As primeiras ocorreram ainda no século XIX, lideradas pelos municípios

<sup>22</sup> LONGHI, Rogata Soares Del Gáudio. *Unidade e fragmentação – o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

<sup>23</sup> CUNHA MATOS, Raimundo J. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. v. 2. (1837). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Na obra é perceptível a preocupação em realçar os aspectos positivos dos diversos aspectos da província e justificar aquilo que possa aparecer como negativo. As negatividades são tratadas como transitórias, podendo ser transformadas segundo os parâmetros em vigor.

de Prata (1857) e Uberaba (1875), que defendiam a separação de Minas Gerais e anexação à província de São Paulo. Já no período republicano, sucederam novas campanhas, dessa feita, requerendo a criação de um estado autônomo com a argumentação de que historicamente a região não pertenceu a Minas Gerais e é esquecida pelo governo provincial/estadual<sup>24</sup>.

A histórica aproximação com São Paulo foi fortalecida com a ferrovia Mogiana. No período compreendido por esse estudo, Heladir Silva afirma que o Triângulo Mineiro se comportava como se pertencesse a São Paulo, sendo a recíproca verdadeira e, para além dos vínculos econômicos, as relações se desdobravam:

O fato de serem freqüentes casamentos interfamiliares de paulistanos e triangulinos e o fato de não ser na capital mineira, mas em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as famílias abastadas, do Triângulo, enviavam seus filhos para prosseguirem os estudos. Dessa forma, a elite triangulina, já atrelada à economia paulista, tornava-se cada vez mais tributária, também, dos padrões sociais e culturais de São Paulo<sup>25</sup>.

As relações amistosas não se prendiam ao econômico ou ao cultural; no âmbito da política, os homens e as instituições comungavam laços. Além disso, a distância da capital da província contribuiu para que a população dos arraiais e vilas *triangulinos* formasse uma rede de sociabilidade e um mercado próprios.

Como ocorria em outras regiões do país, a ideia de urbano e de mores civilizados chegou ao Triângulo Mineiro e para suas elites figurava como condição *sine qua non* para a inserção na nova ordem que ia se definindo ao longo do século XIX e princípio do século XX. Em especial, a chegada da ferrovia carreu para três cidades onde se instalou – Uberaba, Uberabinha e Araguari – esperanças de progresso e inserção em um mundo dito mais moderno. Interrompendo o isolamento e a distância da capital da província e do país, a inauguração da ferrovia representou a oportunidade de visibilidade perante outras localidades, também acrescentou população, movimentação comercial e, principalmente, rompeu com o significado negativo de sertão ermo. E, à medida que as transformações se acentuavam, o passado sertanejo perdia valor.

E desse movimento nasceu Uberaba, que se tornou o principal povoamento da região, emancipando-se em 1856. Investindo na

<sup>24</sup> As principais tentativas de emancipação do Triângulo Mineiro ocorreram nos períodos: 1906, 1918–1920, 1930, 1946–1948, 1951–1952, 1967–1968, 1988. LONGHI, R. *Unidade e fragmentação – o movimento separatista do Triângulo Mineiro*, op. cit.

<sup>25</sup> SILVA, Heladir Josefina S. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 – 1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social) –UNESP/FHDSS, Franca, 1998. p. 46.

atividade pastoril e na expansão do sistema de transportes, logo o comércio despertou a atenção dos moradores uberabenses. A estrada do Anhanguera, que passava pelo Sertão da Farinha Podre, ligava a província de São Paulo a Goiás e outra rota era a estrada salineira que, saindo do litoral carioca, penetrava o sul de Minas (São João Del Rei) para alcançar o centro-oeste.

A encruzilhada de caminhos que atravessava Uberaba colaborou no desenvolvimento de novos arraiais e, ao mesmo tempo, fez dela aquela que mais se beneficiou da intersecção dos sistemas de transporte e de deslocamento. Por volta de 1840, pode-se afirmar que já existia o urbano, porque a vida ia se tornando mais movimentada e os contatos com outras regiões mais frequentes. Como entreposto comercial, as atividades econômicas se diversificaram, verificando-se a existência de vários comerciantes, mascates, vendeiros e outros; a intensificação do fluxo populacional; e a demanda por novos serviços. Outrossim, a eclosão da Guerra do Paraguai bloqueou o rio da Prata, de modo que o acesso à província de Mato Grosso passou a ser feito por Uberaba, transformada em ponto de abastecimento, ampliando a movimentação e as expectativas de seus habitantes.

A inauguração da estrada de ferro fortaleceu a liderança de Uberaba na região e, contribuiu com o processo de urbanização. No núcleo urbano de Uberaba, uma série de novas construções e serviços passou a integrar a paisagem: arquitetura de estilo europeu, abertura de novas ruas, arborização de praças, hotéis, lojas de armarinhos, livraria, colégios, criação de um instituto politécnico, confeitaria e restaurantes com “menus à francesa”, casas de jogos, associações artísticas e musicais, a realização de saraus e concertos. O ufanismo atingiu dimensões consideráveis, a ponto de forjar a expressão “Paris – Rio de Janeiro – Uberaba”, como exemplaridade da condição que alcançara, na concepção de muitos de seus moradores, como centro de negócios e centro sociocultural. Entre os anos 1870-1910, a cidade alcançou seu apogeu e, para uma parcela de seus habitantes, enfatiza a historiadora Eliane Rezende:

Freqüentar Uberaba [significava] tomar um ‘banho de civilização’, os avanços no desenvolvimento urbano comercial evidenciavam uma aparência de progresso e modernização, demonstravam falsamente que a cultura e os recursos importados eram fontes de autonomia cultural, econômica e política<sup>26</sup>.

A aparência de modernidade pode ser, em parte, creditada à entrada de imigrantes europeus que, provavelmente, atraídos pelas

<sup>26</sup> REZENDE, Eliane M. M. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Dissertação (Mestrado em História)–ICHL/UFMG, Goiânia, 1983. p. 96-97.



perspectivas visualizadas em Uberaba como centro econômico, influíram diretamente na alteração dos hábitos locais. Contraditoriamente, após a chegada da ferrovia, que ressaltou a importância econômica e política de Uberaba, a mesma ferrovia contribuiu para sua estagnação, quando foram inaugurados os trilhos da Companhia Mogiana em Uberabinha e em Araguari. Uberaba, que figurara como área de convergência e passagem para Goiás e Mato Grosso, viu deslocar para Araguari o fim da linha férrea; e, pela maior proximidade dessa cidade com a fronteira goiana, logo parte do fluxo que antes se destinava àquela foi para esta desviado.

De forma semelhante às terras que deram origem a outras cidades do extremo oeste de Minas Gerais, as sesmarias que formaram a cidade de Araguari começaram a ser exploradas no início do século XIX, quando a região deixou de ser jurisdição de Goiás. Algumas construções delineavam a paisagem, mas, após a ereção de uma capela, várias famílias foram se transferindo para a área próxima, definindo o povoado que foi elevado a freguesia por lei provincial de 1840.

Aos poucos, a freguesia de Brejo Alegre foi adquirindo notoriedade porque atraía numerosa concentração por ocasião das celebrações na igreja. Muitas caravanas saíam das fazendas, outras se deslocavam de outros povoados, como da Aldeia de Santana, onde, anteriormente, estava assentada a paróquia. Vinculada ao então município de Bagagem<sup>27</sup>, na década de 1860, foram escolhidos doze homens para representar os interesses da freguesia na Câmara daquele município, o que incentivou o processo de emancipação, ocorrido duas décadas depois (lei provincial 2.996) e, pela lei nº 3591 de 28 de agosto de 1888, a vila foi reconhecida como cidade, com o nome de Araguay.

A ferrovia, inaugurada em 1896, alterou não somente o aspecto econômico de Araguari, como também novos hábitos e intervenções ganharam corpo. As construções, nos tempos do arraial, eram realizadas de acordo com as vontades dos proprietários, sem importar com limites e confundindo espaços públicos e privados; após a emancipação, foi realizado o alinhamento e arruamento para evitar o aspecto desordenado e garantir uma aparência mais homogênea do espaço urbano. E um decreto do governo federal (Decreto 5394) no início do século XX, determinou que a cidade de Araguari fosse ponto final da Cia Mogiana e inicial de uma nova ferrovia, a Estrada de Ferro Goiás, que fazia parte dos intentos para exploração da região Centro-oeste. A construção dos trilhos, iniciada em 1906, foi realizada em meio a intensos debates e

<sup>27</sup> Atual município de Estrela do Sul. Foi importante centro de garimpo, na segunda metade do século XIX, explorando-se diamantes.

conflitos entre interesses mineiros e goianos, cada um deles buscando tirar maior proveito do projeto de extensão ferroviária<sup>28</sup>. A Estrada de Ferro Goiás contribuiu com várias alterações na vida da cidade, um complexo foi construído em torno da empresa: imponente prédio da estação, armazém de cargas, vila operária para os funcionários. Somado a isso, atraiu-se um contingente de imigrantes e migrantes, forçando a expansão do sítio urbano e a construção de novos equipamentos de infraestrutura e serviços básicos, bem como a inauguração de casas comerciais, companhia telefônica, clubes, cinema, teatro, escolas e hospitais.

A consulta aos periódicos locais das duas primeiras décadas do século XX aponta que havia uma considerável circulação de ideias e pessoas, principalmente entre os grupos sociais de maior poder aquisitivo. Realizavam-se eventos esportivos nos clubes, festas nas praças, geralmente acompanhadas por discursos de políticos e ao som da banda de música, passeios nos jardins e parques (ocasião para vestir as melhores roupas), festas religiosas no largo da matriz e sessões de cinema e de teatro.

O povoamento de São Pedro de Uberabinha, por sua vez, formado pelo aglomerado das famílias pioneiras, tinha uma aparência rudimentar, quase perdido no sertão. Quando os primeiros geralistas chegaram à terra, no início do século XIX, vislumbraram nela uma possibilidade, não uma realidade. Aos poucos, o afluxo de população, a transformação da paisagem com a construção de residências e da igreja matriz, o delineamento de novas ruas, as trocas comerciais, a circulação de novas ideias, o lugar que possuía “feito de aldeia” ia adquirindo “ares de cidade” como expressa um de seus memorialistas<sup>29</sup>.

Consolidada a emancipação da vila de São Pedro de Uberabinha, pela lei 3.643 de 31 de agosto de 1888, iniciou-se uma série de ações que pudessem atrair recursos para o município, fomentar investimentos, criar uma nova paisagem e uma nova realidade que demonstrassem os potenciais da terra. A inauguração da ferrovia (1895); os Códigos de Postura que regulamentavam a movimentação de transeuntes e víveres, a construção no espaço urbano, o funcionamento do comércio, entre outros; as alterações no espaço urbano e o cuidado com sua estética; o incentivo às artes e às práticas ditas mais civilizadas; as construções suntuosas; os espaços de sociabilidade em que discutiam cultura e política – como a discussão para a mudança do nome da cidade para Uberlândia por implicar projeto específico – marcaram posturas e ideais.

<sup>28</sup> BRASIL, Antonio. Do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Estrada de Ferro Goiás. *Botija Parda*. Araguari. 25 nov. 1981.

<sup>29</sup> PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922.

Não é raro encontrar, nos periódicos locais do início do século XX, elogios à iniciativa de particulares para realizar obras e melhoramentos. Outros faziam doações de glebas de terras, investiam em obras como limpeza de áreas ou construção de muros. Nas atas da Câmara, várias são as discussões para tratar da implementação de benefícios que pudessem auxiliar a cidade a modernizar-se.

Nos vinte primeiros anos do século XX, Uberabinha ocupava a terceira posição entre as cidades do Triângulo Mineiro, lugar que não satisfazia suas elites. Para a alteração dessa condição, inúmeras foram as estratégias (políticas e discursivas) e uma delas foi a comparação com as duas primeiras, Uberaba e Araguari, respectivamente, seja reconhecendo os “dotes modernos” de Uberabinha para ultrapassá-las, seja criticando-as. A modernidade uberabinhense se consolidaria com a modernização dos equipamentos urbanos e das relações. Ao lado da introjeção das maneiras de comportar-se e demonstrar refinamento, educação e elegância; a modernização das relações, do espaço, da produção e da comercialização engendraria uma nova paisagem, garantindo o aspecto moderno aos moldes do projeto liberal das elites locais, que consistia em manter as estruturas tradicionais que lhes garantiam o poder e o *status*, excluindo outros grupos sociais.

Um elemento coincidente entre as três cidades do Triângulo Mineiro, aqui tratadas, é o fato de a ferrovia ter facilitado o processo de fabricação do urbano, efeito mais positivo em Araguari e Uberabinha, pois, em Uberaba, a chegada da ferrovia coincidiu com o início de seu declínio econômico. Porém não é possível atribuir exclusividade a esse fator. Cada uma delas construiu uma trajetória específica, buscando, dentre outras coisas, obter posição, respeitabilidade e visibilidade no contexto regional. Primeiramente voltadas para a economia agropastoril, outros fatores também interferiram no processo de constituição do mundo urbano delas. Na trajetória de construção das experiências e das vivências, os moradores foram elaborando respostas para suas indagações e demandas; utilizando as ferramentas (materiais e simbólicas) para dar forma a seus anseios; compondo uma nova paisagem pela transformação do território; apropriando-se dos meios disponíveis, edificaram moradias, domaram animais, cultivaram o solo. E, nesse exercício de dar forma a seu mundo social, evidenciaram-se novas representações, novas práticas, escrevendo uma história de sentido peculiar para cada um deles.

No início do século XX, Uberaba, Araguari e Uberabinha eram as cidades de maior movimentação na região do Triângulo Mineiro. Servidas pelos trilhos da Companhia Mogiana, elas tiveram seu comércio aquecido, funcionando como entreposto para produtos diversos, principalmente para o interior de São Paulo e sul de Goiás. A circulação

de capitais incentivou a implementação de uma série de melhoramentos e serviços, configurando seu espaço como urbano.

Os territórios que formaram Uberaba, Araguari e Uberabinha foram ocupados e explorados em períodos coincidentes, no entanto a realidade que se ergueu nos respectivos espaços diferenciou-se segundo as experiências dos homens que os ocuparam. Partilhando dos princípios da civilidade e urbanidade, muitos deles viviam nessas cidades como se estivessem em uma grande cidade. E, em parte, isso ajuda explicar como Uberaba tornou-se cidade primaz, e Uberabinha e Araguari, entrepostos comerciais em uma zona quase deserta do Brasil Central.

As cidades da região também buscavam construir, em suas múltiplas práticas, um mundo urbano e estarem coadunadas com tudo que representasse modernidade. Foi assim que desenvolveram a *triangulidade* como sentimento identitário, como modo de marcar suas trajetórias e firmarem-se no mosaico mineiro.

É oportuno salientar que no imaginário dos grupos sociais *triangulinos*, modernidade e modernização, civilização e civilidade eram conceitos tomados como equivalentes, indicando não apenas mudanças nos modos de viver que superavam o passado, também implicavam transformações no espaço e adoção de equipamentos técnico-científicos para melhorar (e facilitar) a vida dos cidadãos.

No exercício de construção da cidade e de si mesmos, os *triangulinos*, ao final do século XIX e primeiras décadas do XX, utilizaram uma série de estratégias (tanto racionais como sensíveis) a fim de consolidar suas estratégias e práticas, legitimando suas escolhas e condutas que buscavam descrever o Triângulo Mineiro como pensavam ser ou como gostariam que fosse, engendrando sensibilidades que, ainda hoje, marcam a região.

Recebido em: 07 de abril de 2015.  
Aprovado em: 11 de julho de 2015.